



GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHA

INFORMATIVO TÉCNICO DO SEMI-ÁRIDO - ISSN: 2317-305X

GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E ABELHAS

## *Estudo sobre a evidenciação ambiental e social voluntária das empresas de capital aberto em relatórios anuais*

*Maristela Mercedes Bauer e Roberto Naime*

**RESUMO** - As empresas anualmente disponibilizam em seus *websites*, informações obrigatórias ou voluntárias com o propósito de transmitir às partes interessadas os resultados de sua gestão, de forma a conquistar, manter ou recuperar a legitimidade na gestão, criação de valor, além de reduzir o custo político. O objetivo do presente estudo busca fazer uma investigação sobre as principais motivações que determinam que as empresas brasileiras de capital aberto pratiquem evidenciação social e ambiental voluntária nos relatórios anuais que patrocinam no ano de 2010. A pesquisa está fundamentada na teoria da legitimidade, na teoria dos *stakeholders* e na teoria do custo político, que fornecem os elementos teóricos para a evidenciação ambiental. Além disso, buscou-se nos indicadores essenciais da *Global Reporting Initiative* (GRI) um conjunto de palavras-chave que através da análise de conteúdo, aplicada em uma amostra de 99 empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), verificou a influência de determinadas variáveis sobre o nível de evidenciação ambiental e social nos Relatórios Anuais disponibilizado ao partes interessadas. A compilação e análise de dados permitiu considerar que as empresas que voluntariamente realizam relatórios de sustentabilidade se encontram em estágios mais avançados de posicionamento social e ambiental em relação às empresas que apenas realizam relatórios de administração compulsórios, previstos na legislação. Este fato é amplamente demonstrado pelas análises, correlações e avaliações realizadas com os tratamentos estatísticos interpretados.

**Palavras Chave:** Evidenciação Social e Ambiental. Global Reporting Initiative (GRI). Relatório de Sustentabilidade.

### *Study on a voluntary disclosure environmental and social of firm traded in annual reports*

**ABSTRACT** - The companies annually provide on their websites, information mandatory or voluntary for the purpose of conveying to stakeholders the results of their management in order to achieve, maintain or regain legitimacy in management, value creation, and reduce the cost political. The aim of the present study seeks to make a research about the main motivation behind that Brazilian companies traded practice voluntary social and environmental disclosure in annual reports that sponsor in 2010. The research is based on the theory of legitimacy, stakeholder theory and the theory of the political cost, which provide the theoretical elements for environmental disclosure. In addition, we sought the key indicators of the Global Reporting Initiative (GRI) a set of keywords through content analysis, applied to a sample of 99 companies listed on the São Paulo Stock Exchange (BOVESPA), verified the influence of certain variables on the level of social and environmental disclosure in annual reports available to interested parties. The compilation and analysis of data allowed us to consider that companies voluntarily perform sustainability reports are in more advanced stages of environmental and social positioning in relation to companies that only perform administration reports compulsory under the law. This fact is amply demonstrated by the analyzes, correlations and evaluations with statistical treatments interpreted.

**Keywords:** Social and Environmental Disclosure. Global Reporting Initiative (GRI). Sustainability Report.

### INTRODUÇÃO

O atual estágio de evolução da vida nas sociedades civilizadas humanas, marcado pelo advento da globalização da produção e pela internacionalização dos

mercados de consumo, tem tornado o mundo cada vez mais complexo. Neste contexto, as chamadas partes interessadas ou grupos de interesse social são crescentemente articuladas e diversas e cada vez mais influenciam na formação da imagem das empresas, na sua

Recebido em 28 06 2013 e Aceito em 20 07 2013

Professora D. Sc. do curso de Ciência Contábeis do ICSA (Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas)

RS 239, 2755, Novo Hamburgo, 93.352-000, [maristelabauer@feevale.br](mailto:maristelabauer@feevale.br) Universidade Feevale

Professor D. Sc. do Programa de pós-graduação em Qualidade Ambiental e do ICET (Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas)

RS 239, 2755, Novo Hamburgo, 93.352-000, [rnaime@feevale.br](mailto:rnaime@feevale.br) Universidade Feevale

INTESA (Pombal – PB – Brasil) v.7, n.1, p. 44 - 55 jan – dez de 2013 ISSN: 2317-305X <http://revista.gvaa.org.br>

inserção no mercado, nas bolsas de valores e no setor financeiro e na sociedade como um todo. Neste cenário, a evidência social e ambiental ganha uma importância e uma dimensão cada vez maiores.

A crescente consciência social e ecológica da sociedade em geral acaba influenciando os cidadãos, então na condição de consumidores, a perceberem cada vez mais a relevância das ações de gestão ambiental e sustentabilidade transformando, este seu gesto de consumo uma atitude que percebem como de engajamento na preservação sustentabilidade e qualidade ambiental do planeta, resultando em maior qualidade de vida para todas as partes interessadas e para o planeta em geral.

Nesse cenário, para uma melhor aceitação de um produto em todos os níveis se faz necessária, além da qualidade material, uma atitude de responsabilidade socioambiental da empresa para atender à crescente consciência social e ecológica dos consumidores, que poderá ser a construção de um sistema de divulgação que integre a evidência do desempenho financeiro, social e ambiental, voltado para o atendimento dos interesses informacionais dos acionistas e também das partes interessadas.

Nas últimas décadas, diversos grupos de empresas multinacionais têm sofrido algumas crises que afetam os interesses dos investidores de forma geral. Todavia, além das reações do público investidor a essas crises, observa-se queas demais partes interessadas, ou seja, os consumidores, os empregadores e o governo, também passaram a solicitar ou aguardam que as empresas divulguem informações sobre o seu desempenho social e ambiental.

As divulgações sociais e ambientais, por parte das empresas de grande porte, têm aumentado em volume e complexidade ao longo das últimas décadas. Alguns estudos internacionais, comparando mais de um país, apontam um aumento constante no volume e na importância dessas divulgações (KPMG, 2012 e GRAY, et al., 2001). É na demonstração que a empresa pública ou privada contribuem com mecanismos de gestão ambiental e com práticas de sustentabilidade que todas as teorias de evidência social e ambiental na prestação de contas se legitimam. Não adianta ter uma atitude de responsabilidade social e ambiental se não houver evidência deste comportamento, integração do mesmo na imagem organizacional e transformação desta realidade em vantagem competitiva.

Os impactos ambientais são modificações de qualquer natureza do meio-ambiente, adversas ou benéficas, que resultem das atividades de uma empresa (VALLE, 1995). Podem ser significativas quando influem de forma relevante no desempenho ambiental da empresa. Ou podem ser não significativas quando causam impactos que têm pouca influência no desempenho ambiental.

Nesse contexto, a empresa pública ou privada deseja ser reconhecida pela sua atuação responsável e, por isso, ocorre cada vez mais a adoção da evidência voluntária. No caso das empresas públicas, os gestores

públicos eleitos não têm o maior interesse na demonstração das práticas responsáveis. E, no caso dos gestores privados, isto se torna uma necessidade diante de investidores, acionistas, governo e demais partes interessadas (*stakeholders*) que atribuem grande valor a este procedimento (NAIME e BAUER, 2010).

Atualmente, considera-se como relevante a transparência e a evidência das atitudes concretas capazes de revelar que uma empresa não apenas tem um discurso ou um “marketing verde”, mas sim uma atitude cotidiana realmente engajada em ações de responsabilidade socioambientais. Nesse contexto, as empresas nacionais e multinacionais instaladas no Brasil ou em outro país, não são mais consideradas, apenas, como unidades de produção e ou de comércio com a finalidade única de obtenção de lucros financeiros, mas sim como uma empresa socialmente engajada e integrada às comunidades nas quais está inserida e que contribuirá para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar de todos.

Assim, no momento em que a empresa decide pela evidência voluntária das suas informações, tanto as de caráter social como as de caráter ambiental, é adotada a premissa que os riscos, benefícios e custos envolvidos nesse processo serão conhecidos e planejados estrategicamente. Nesse cenário, a contabilidade tem uma função extraordinária. Ela sempre esteve presente no desenvolvimento econômico mundial, sendo, inclusive, considerada como “linguagem internacional dos negócios”, contribuindo através do processamento, armazenamento e demonstrativos, para o planejamento e a tomada de decisões e servindo de base para o controle, análise e avaliação. Com uma visão que contempla o passado, o presente e o futuro, atende sempre aos mais diversos usuários e prima pela prosperidade da organização empresarial.

Os estudos sobre o tema evidência social e ambiental concentram-se nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos, Austrália, Reino Unido, e demais países da Europa. Internacionalmente, pode-se mencionar que e o tema *Social and Environmental Accounting Research* (SEAR) está recebendo mais atenção por parte dos pesquisadores. O periódico chamado de “Accounting, Auditing and Accountability Journal”, já publicou quatro edições com os seguintes títulos: Sustainability (2010); Corporate Governance, Accountability and Mechanisms of Accountability (2008); Ethical, Social and Environmental Accounting (2007) e; Social and Environmental Reporting (2002).

No Brasil, até o presente momento, algumas pesquisas foram realizadas sobre o mesmo tema. Salientam-se os estudos de Nossa (2002), Ribeiro e Gasparino (2006) e Costa e Marion (2007) que avaliaram os relatórios ambientais do setor de papel e celulose. Borba, Rover e Murcia (2009) que trabalharam com a evidência ambiental das empresas do Brasil com ações na Bolsa de Nova York e Cunha e Ribeiro (2008) que

analisaram a publicação do Balanço Social (fatores determinantes); Sancovschi e Silva (2006) que analisaram a informação social voluntária nos relatórios anuais da Petrobrás no período de 1993 a 2002.

Nota-se que, a crescente necessidade de transparência, cada vez mais exigida pela sociedade e pelas partes interessadas (“*stakeholders*”) das empresas de todos os setores para com a sociedade faz com que a prestação de contas passa a ter um papel fundamental na geração de informações na dimensão socioambiental; assim, interferindo em valorização em bolsas de valores, facilidade de obtenção de créditos junto a instituições financeiras, melhoria de imagem frente a sociedade e governo e obtenção de valor agregado intangível.

Nesse sentido, divulgar informações sociais e ambientais é de notável importância uma vez que o conteúdo das mesmas pode esclarecer sobre as ameaças ambientais e sociais existentes e os riscos e os efeitos destas ameaças sobre os resultados financeiros. Há um crescente interesse, por parte dos vários agentes, em evidenciar quais as atividades ou qual o caminho, atual e futuro que as empresas avaliam como relevantes e estão planejando em relação ao uso dos recursos naturais do nosso planeta. Existe todo um interesse social em avaliar as relações da empresa com o uso de recursos naturais e a contribuição para que a sobrevivência das futuras gerações seja melhor garantida. Normalmente, a divulgação tende a utilizar um modelo que contempla o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, as atividades que podem impactar a evolução de uma sociedade ou comprometer a capacidade de manter um desenvolvimento econômico e sustentável ao mesmo tempo, possibilita questionamentos sobre o conceito de sustentabilidade e sobre a própria forma de divulgação de informações (DUMITRANA *et al.*, 2009). Dentro da ótica do estudo de Kolk (2004), desde a primeira publicação, no ano de 1989, dos primeiros relatórios ambientais, separados das demais informações corporativas, o número de empresas que está publicando informações sobre o seu desempenho social e ambiental, incluindo avaliações sobre os impactos das suas atividades para com o meio ambiente, tem crescido substancialmente.

A KPMG (2012) iniciou, em 1993, e está repetindo, a cada três anos, pesquisas com as maiores 100 empresas de um determinado número de países onde as mesmas publicam Relatórios de Sustentabilidade. Os resultados apontaram para os períodos de 1993, 1996, 1999, 2002, 2005, 2008 e 2011 com base nos resultados dos países que participam desde a primeira investigação realizada, um aumento no número de publicação dos relatórios de sustentabilidade.

Além disso, entre os países do estudo, foi observado que o Reino Unido, a Finlândia e a Holanda seguiram um padrão geral de crescimento. Outros países, como por exemplo Alemanha, Noruega e Estados Unidos da América (EUA), apresentaram uma flutuação ao longo dos anos, mostrando percentuais mais elevados do que a

média. Empresas localizadas na Austrália, Bélgica e França publicaram menos que os demais países da amostra (KOLK, 2004). No Brasil, as empresas divulgam as informações relacionadas com a sua responsabilidade social ou ambiental de forma voluntária. Elas executam esta atividade através de relatórios chamados de relatórios de sustentabilidade, que podem ser baseados em modelos nacionais ou internacionais, ou como complemento dos Relatórios Anuais (RA).

De uma maneira geral, as empresas têm privilegiado, através dos RA, que são compostos pelo relatórios da administração, pelas Demonstrações Financeiras e pelas notas explicativas, informar os usuários das informações, com interesses no capital investido e no retorno sobre esse capital. Assim, a prestação de contas tem o foco praticamente exclusivo no capital. Contudo, a elaboração voluntária e posterior publicação do relatório de responsabilidade sócio ambiental convergente aos padrões do “*Global Reporting Initiative*” (GRI) tem sido uma tendência universal nas empresas e instituições (KPMG 2008).

Os termos evidenciação, divulgação e *disclosure* significam tornar algo público, evidente, entendido e divulgado com clareza e, para atingir os objetivos informacionais das Ciências Contábeis, são tratados como sinônimos. Observa-se que, para fins deste estudo, terão um significado mais abrangente, de divulgação (YAMAMOTO e SALOTTI, 2006).

Basicamente o estudo visa determinar se existem diferenças relevantes no tratamento das questões sócio-ambientais entre empresas que praticam relatórios de sustentabilidade voluntários e relatórios anuais compulsórios e buscar identificar os determinantes que motivam as empresas brasileiras de capital aberto a evidenciar informações sociais e ambientais em relatórios de sustentabilidade ou relatórios anuais de administração.

## RABALHOS ANTERIORES

O tema Responsabilidade Social e Ambiental Corporativa ou Empresarial tem sido muito discutido. Contudo, esse não é um tema novo. Desde a era industrial até as décadas de 70 e 80, as empresas eram consideradas socialmente responsáveis, em função da geração de lucro, do pagamento de impostos e, também, do número de empregos gerados. As ações sociais deveriam ser responsabilidade do Estado e o meio ambiente e o desenvolvimento humano não faziam parte das preocupações dos gestores.

Conforme a União Europeia (2001) “A responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo”.

O conceito de Responsabilidade Social não é recente, mas precisa ser incorporado ao dia a dia das empresas e dos indivíduos. Atualmente, os conceitos

relacionados ao tema ainda estão em fase de construção e, algumas vezes, expressões como ética empresarial, filantropia, responsabilidade social são utilizados com vários significados e, também, algumas vezes, como sinônimos. Diante disso, entende-se como necessário conceituar os principais termos relacionados a esse tema.

De acordo com Gray, Kouhy e Lavers (1995), relatam que a responsabilidade social corporativa (RSC) é um processo de comunicação dos efeitos sociais e ambientais, em consequência das ações relacionadas com a atividade econômica, dirigido a determinados grupos dentro da sociedade. Desta forma, a responsabilidade das empresas ultrapassa o papel de fornecer informações financeiras tradicionais para os investidores. Neste sentido, entende-se que a empresa tem responsabilidade mais ampla do que simplesmente gerar retorno financeiro para os investidores.

Para Certo (1993, p. 279),

não tem havido consenso sobre o significado preciso da responsabilidade social ou sobre o grau das obrigações da empresa para com a sociedade. [...] definimos responsabilidade social como o grau em que os administradores de uma organização realizam atividades que protejam e melhorem a sociedade além do exigido para atender aos interesses econômicos e técnicos da organização.

Os empresários possuem visões diferenciadas em relação à Responsabilidade Social. Alguns, mais conservadores, enxergam a empresa como fonte de rendimento para os investidores onde o foco principal é a maior geração de lucro possível e seu desenvolvimento com o social e o meio ambiente resume-se na utilização dos recursos disponíveis para o benefício da empresa, com o conseqüente retorno dos investimentos realizados pelos acionistas. Outros, possuem uma visão contemporânea, onde enxergam a empresa com um papel fundamental, que é o de proteger os recursos disponíveis, assim como a manutenção do bem-estar da sociedade.

No cenário internacional, várias empresas têm divulgado o conceito de Responsabilidade Social Corporativa, entretanto, assim como no Brasil, não existe uma definição específica para o seu significado. Alguns organismos procuram evitar a divulgação de um conceito, mas muitos têm procurado utilizar alguns nomes que na prática são sinônimos, como Sustentabilidade Empresarial ou Cidadania Corporativa.

Nesse contexto, algumas empresas internacionais têm desenvolvido e divulgado conceitos práticos, que solidificam com a prática e com os demais aspectos implícitos no termo “Responsabilidade Social Corporativa”.

O Livro Verde da Comunidade Europeia divide a Responsabilidade Social Corporativa (RSE) em duas dimensões: a dimensão interna e dimensão externa. Na dimensão interna,

a nível da empresa, as práticas socialmente responsáveis implicam, fundamentalmente, os trabalhadores e prendem-se com questões como o

investimento no capital humano, na saúde, na segurança e na gestão da mudança, enquanto as práticas ambientalmente responsáveis se relacionam sobretudo com a gestão dos recursos naturais explorados no processo de produção. (UE 2001, p.8)

Em relação à dimensão externa a União Europeia (2001, p.12) menciona que:

num mundo de investimentos multinacionais e de cadeias de produção globais, a responsabilidade social das empresas terá também de estender-se para além das fronteiras da Europa. A rápida globalização fomentou a discussão sobre o papel e o desenvolvimento de uma governação à escala planetária, para a qual contribui a definição de práticas voluntárias de RSE.

Conforme Bauer *et al.* (2001, p. 137), “[...]podemos definir como responsabilidade social as atividades desenvolvidas pelas empresas que melhoram as condições de vida da sociedade e protegem a natureza, mesmo sem nenhum aumento no lucro[...]”.

Entretanto, dentre diversas definições, atenção especial deve ser dirigida para a definição formulada pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que a explicita da seguinte maneira:

Responsabilidade Social Empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (ETHOS, 2011).

No Brasil, atualmente, as demonstrações financeiras não atendem às necessidades de informações dos usuários da contabilidade no campo social e ambiental. Para atender a essa necessidade, as empresas estão divulgando, voluntariamente, um relatório social chamado de “balanço social” ou “socioambiental” ou “relatório de sustentabilidade”, ou seja, um conjunto de informações sociais e ambientais divulgadas pelas empresas, a saber: informações sobre os projetos sociais que envolvem a comunidade interna, empregados, a comunidade externa, a sociedade, o meio ambiente e a riqueza que a empresa gerou e distribuiu.

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Iudicibus *et al.*, 2010), o Balanço Social, elemento não obrigatório das demonstrações contábeis de uma empresa, tem por finalidade apresentar o efeito do relacionamento da empresa com o ambiente em que ela está integrada. O Balanço Social é estudado em quatro vertentes: o Balanço Ambiental, o Balanço de Recursos Humanos, os benefícios gerados e contribuições à sociedade em geral e a Demonstração do valor adicionado.

Para De Luca (1998, p. 23), o Balanço Social “é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e, principalmente,

avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade”.

Na Europa, principalmente na Alemanha e na França, com os movimentos estudantis do final da década de 60 e a guerra do Vietnã, tendo como consequência o aumento dos problemas sociais, causam a multiplicação de iniciativas. Começaram, então, discussões sobre a responsabilidade social das empresas.

Da mesma forma, procurou-se, também, uma maneira científica de apresentar as informações sociais das empresas: a prestação de contas das suas ações sociais, do reflexo social e de suas variações patrimoniais. Foi proposto, então, um demonstrativo chamado Balanço social (*bilan social* na França; *sozialbilanz* na Alemanha; *social audit* nos Estados Unidos da América).

No Brasil, Segundo Kroetz (2000), na década de 70, o professor e pesquisador Dr. Alberto Almada Rodrigues publicou artigo intitulado “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-econômica”, mencionando a experiência europeia relacionada aos temas, assim como as bibliografias existentes na época, basicamente de origem francesa.

Para Kroetz, (2000, p. 33) “[...] a Contabilidade correlaciona-se com outras ciências, como Sociologia, Matemática, Administração e Economia, formando um sistema [...]” onde cada ciência contribuirá para a harmonia social, formando assim uma rede de conhecimento integrado que culminará com o melhor atendimento à necessidade de informações por parte da sociedade.

Na realidade, tudo o que ocorre com uma empresa é do interesse da sociedade, da mesma forma que o que ocorre com a sociedade reflete na gestão das empresas também. Neste contexto, de acordo com Grayson e Hodges (2002, p. 6):

o trabalho de gestão empresarial ficou mais difícil. Algumas questões que não entravam no processo de decisão e eram irrelevantes para o sucesso do negócio se tornaram cruciais, mas poucos profissionais sabem quais são elas ou como podem afetar seu emprego e a empresa em que trabalham.

A respeito disto, Barbieri e Cajazeira (2009, p. 53), “a responsabilidade social das empresas compreende as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em relação às empresas em dado período”.

Silva e Freire (2001, p. 33) afirmam que:

na busca de eficiência e excelência empresarial, parece já não ser satisfatória a tradicional alquimia do cálculo custo-benefício com o aumento da produtividade e a ampliação das vendas no mercado. Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental.

Tenório (2006, p. 33) menciona que “As pressões externas se referem às legislações ambientais, aos movimentos dos consumidores [...] e às reivindicações das comunidades afetadas pelas atividades industriais”. A

responsabilidade social, na visão de Barbieri e Cajazeira (2009, p. 67), está diretamente vinculada ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, expressam as seguintes dimensões da sustentabilidade:

A sustentabilidade social trata da consolidação de processos que promovem a equidade na distribuição dos bens e da renda para melhorar substancialmente os direitos e condições de amplas massas da população e reduzir as distâncias entre os padrões de vida das pessoas. A sustentabilidade econômica possibilita a alocação e gestão eficiente dos recursos produtivos, bem como um fluxo regular de investimentos públicos e privados. A sustentabilidade ecológica refere-se às ações para aumentar a capacidade de carga do planeta e evitar danos ao meio ambiente causados pelos processos de desenvolvimento [...]. A sustentabilidade espacial refere-se a uma configuração rural-urbana equilibrada e uma melhor solução para os assentamentos humanos. A sustentabilidade cultural refere-se ao respeito pela pluralidade de soluções particulares apropriadas às especificidades de cada ecossistema, cada cultura e cada local.

Neste contexto, a responsabilidade socioambiental das empresas passa pela construção de um modelo de prestação de contas e transparência, voltado ao atendimento dos interesses dos acionistas ou sócios (*stockholders*) e também das partes interessadas (*stakeholders*) (NAIME e BAUER, 2010). A sustentabilidade é definida por Constanza (1994, p.75) como:

a relação entre os sistemas econômicos humanos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, dinâmicos, mas normalmente com mudanças mais vagarosas, na qual: a) vida humana possa continuar indefinidamente, b) individualidades humanas possam florescer, c) cultura humana possa desenvolver, d) efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de limites a fim de que não destruam a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.

A água eleva a qualidade de vida da humanidade através da geração de riqueza. As atividades de consumo humano e de produção podem gerar impactos ambientais negativos, em consequência do uso inadequado do solo, defensivos agrícolas, destinação de dejetos animais, etc. Estas ações agridem de forma substancial a qualidade das águas, podendo inviabilizar a sua utilização no presente e no futuro. Além disso, na visão de Ribeiro (2006, p. 44):

o combate a todas as formas de poluição é uma obrigação de toda a sociedade. Visto que várias ciências e áreas do conhecimento já estão se empenhando em contribuir para essa causa, de acordo com seu campo de atuação, impõe-se também a participação da ciência contábil. Ainda porque os eventos e transações de natureza ambiental representam grandezas.

Neste contexto é muito importante e relevante que as empresas evidenciem de forma clara, transparente e contábil no sentido quantitativo, como estão

empregando o capital natural, pois esta grandeza passa a ter um valor agregado intangível. As origens contemporâneas do conceito de desenvolvimento sustentável foram abordadas, inicialmente, na conferência de Estocolmo em 1972. O desenvolvimento sustentável pode ser definido como um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico. O relatório *Brundtland*, elaborado a partir da *World Commission Environment and Development* e chamado, também, de *Nosso Futuro Comum* (CMMAD, 1991, p.49), menciona que o desenvolvimento sustentável:

é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas.

Conforme Bellen (2006, p. 25) “[...] o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Para que se considere como sustentável o desenvolvimento deve atender: “os aspectos referentes às dimensões: social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longos prazos de ações alternativas” (BELLEN, 2006, p. 23).

Conforme o GRI (2006, p. 2):

um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas inovadoras e novas formas de pensar. Se, por um lado, o desenvolvimento de conhecimento e de tecnologia contribui para o crescimento econômico, por outro, também pode contribuir para solucionar os riscos e danos que esse crescimento traz à sustentabilidade de nossas relações sociais e do meio ambiente. Novos conhecimentos e inovações em tecnologia, em gestão e em políticas públicas cada vez mais desafiam as organizações a fazer novas escolhas em relação ao impacto de suas operações, produtos, serviços e atividades sobre as economias, as pessoas e o planeta.

A interação dos sistemas econômico e ecológico deve ser harmoniosa, visto que são vitais à sobrevivência humana por se complementarem. A humanidade sofre influência direta em razão do comportamento desta interação sistêmica. A população dos países em desenvolvimento é quatro vezes maior que a dos países desenvolvidos, ou industrializados, sendo que uma parte bem expressiva da população vive em condições de

pobreza ou de extrema pobreza (NAIME e BAUER, 2010).

A solução proposta pela maioria dos economistas e políticos, sempre foi o crescimento econômico, com consequente diminuição das desigualdades nas diferentes regiões do mundo. Contudo, o acelerado crescimento econômico mundial trouxe consigo a degradação do meio ambiente em função do excessivo uso dos recursos naturais (NAIME e BAUER, 2010). Em resumo, o processo pela busca contínua do desenvolvimento sustentável prima pela iniciativa proativa, com visão de longo prazo e com a implantação de instrumentos que permitam a mensuração e a divulgação dos resultados obtidos.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Para a identificação das empresas da amostra, conforme informado na seção anterior, foram selecionadas as 99 das maiores empresas de capital aberto, listadas na BOVESPA. Inicialmente, utilizou-se a divulgação das 500 maiores empresas do Brasil, de acordo com o ranking da revista Exame Maiores e Melhores 2011, de onde foram selecionadas todas as empresas brasileira, de capital aberto, mencionadas entre aquelas com maior faturamento em 2010. Contudo, a busca pelas palavras-chaves, no documento de uma empresa não foi possível em função do arquivo não permitir a utilização da ferramenta de busca do Word, resultando, assim, em uma amostra de 99 empresas.

As palavras-chave para a análise de conteúdo foram obtidas a partir dos indicadores essenciais, definindo uma ou mais para cada indicador, considerando, assim, o singular e o plural da palavra. Da mesma forma que nos estudos anteriores de Guthrie *et al* (2008); Farneti e Guthrie (2008) e outros trabalhos, as palavras-chave foram derivadas de uma estrutura fundamentada, ou seja, das diretrizes mundiais da GRI.

A GRI é uma instituição de referência no contexto da RSC e o modelo vem sendo utilizado como padrão internacional em função do caráter voluntário das suas diretrizes. Além disso, as empresas têm flexibilidade de decidir qual a informação a divulgar.

As diretrizes propostas pela GRI contemplam todos os aspectos da RSC, que são: as dimensões econômica, ambiental e social. No Brasil, as companhias de capital aberto são obrigadas a divulgar as suas informações econômicas. Nesta pesquisa, optou-se por incorporar as perspectivas ambientais e sociais na codificação da análise.

Quadro 1 – Palavras-chave para a análise de conteúdo com base na estrutura do GRI

<b>Ambientais</b>	<b>Sociais</b>
Reciclado/reciclagem	Emprego
Consumo de Energia	Rotatividade de empregados
Biodiversidade	Negociações coletivas
Emissões	Convenções coletivas
Água	Saúde Ocupacional
Efluentes	Segurança do Trabalho
Resíduos	Treinamento
Derramamentos	Diversidade
Impactos ambientais	Oportunidades iguais
Proteção ambiental	Direitos Humanos
Multas ambientais	Não discriminação
	Liberdade de associação
	Trabalho infantil
	Trabalho Forçado
	Comunidade
	Corrupção
	Política pública
	Conformidade com as legislações
	Processos Trabalhistas
	Sanções
	Responsabilidade pelo produto
	Saúde e segurança do cliente

Fonte: Elaborado pelos autores com base no modelo GRI(2010).

## ANÁLISE DE DADOS

Em todas as empresas avaliadas foi realizada contagem das palavras acima descritas para avaliar a aderência que as empresas apresentaram comparando as empresas que integram informações de sustentabilidade nos relatórios anuais compulsórios e empresas que voluntariamente evidenciam suas informações de parâmetros de sustentabilidade em relatórios autônomos de sustentabilidade.

A contagem dos agrupamentos de palavras já citadas e discutidas na metodologia foi realizado por

software com esta finalidade, tomando por base relatórios de administração ou relatórios de sustentabilidade publicados em sites das empresas consideradas na rede mundial de computadores. Desta forma os resultados encontrados são representativos das realidades analisadas.

Os resultados apontam para uma maior evidenciação da palavra “água (efluentes)”, seguida das palavras: ambiental, emissões, resíduos e biodiversidade. Na Figura 1 é apresentada a subdivisão das empresas que apresentam relatório de sustentabilidade integrado ao relatório de administração, conforme por setor econômico considerado

Gráfico1– Relatório de Sustentabilidade Integrado ao RA

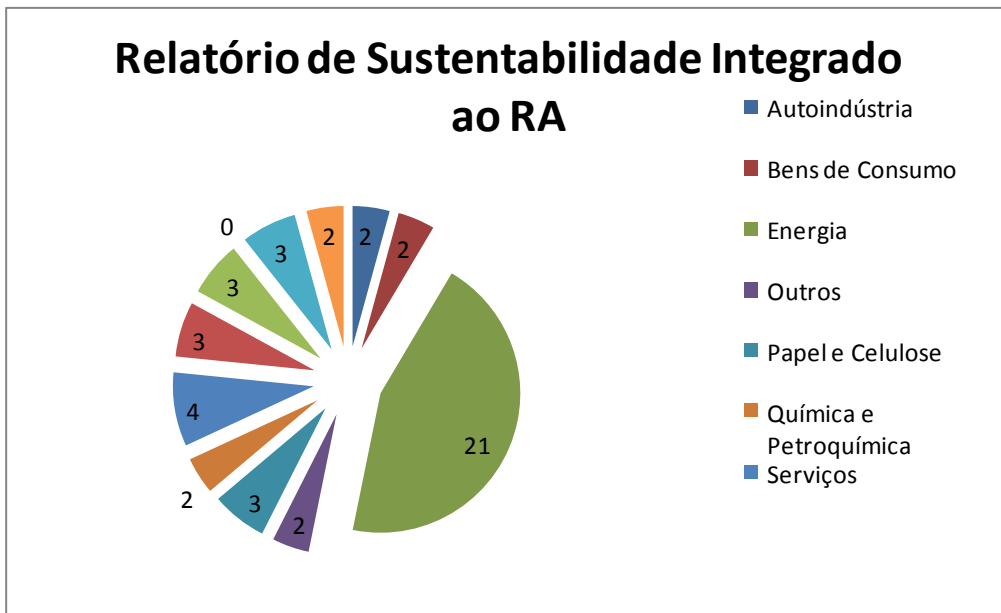


Figura 1: Empresas que apresentam relatório de sustentabilidade integrado ao relatório de administração.  
 Fonte: elaborado pelos autores

Os resultados encontrados, em relação a integração das informações de sustentabilidade aos RA, apresentam-se, para o ano de 2010, coerentes com a pesquisa realizada pela KPMG (2008) e mencionadas na seção 2.7, que resultou em um percentual de 14% de total integração das informações ao RA, 15% dos RA apresentaram informações combinadas e 8% apresentaram informações em uma seção dentro do RA. Ou seja, quase metade das empresas ou organizações ainda não se decidiram por uma evidenciação social e ambiental autônoma e voluntária. O presente estudo demonstra que este comportamento reflete de forma harmônica e coerente a própria dimensão que as abordagens das dimensões sociais e ambientais ainda tem nestas organizações. A decisão de mudar o paradigma do tratamento destas questões geralmente é acompanhado por uma mudança significativa e relevante na evidenciação social escolhida.

Não existe a menor dúvida que as dimensões sociais e ambientais constituem uma demanda que é cada vez mais requerida pelas partes interessadas, e pela própria sociedade, independentemente de se tornar uma exigência legal ou não. E esta abordagem tende a influenciar cada vez mais no desempenho mercadológico, social e econômico da organização, e por isso a maioria das bolsas de valores está adotando alguns indicadores sociais e ambientais, porque existem investidores dispostos a de ações e a execução de inversões de capital em empreendimentos que consideram mais adequadamente engajados com inserção social e práticas

de gestão ambiental que se encaminhem para a sustentabilidade.

Cada vez mais sustentabilidade é considerada até mesmo como uma variável de natureza independente, capaz de estimular a inovação empresarial na criação de novos produtos e serviços de uma forma que de forma genuína ou verdadeira estejam inseridas em contexto de responsabilidade sócio-ambiental e desta forma induzam e gerem confiança no mercado e mitigação, atenuação ou compensação de riscos sociais e ambientais e por consequência gerem atração de investidores e clientes. Existem cidadãos e consumidores cada vez mais dispostos a transformarem seus gestos de consumo em atitudes que consideram engajadas com preservação ambiental e sustentabilidade e esta concepção tende a crescer cada vez mais e influenciar decisivamente o desempenho econômico das organizações e desta forma os retornos patrocinados pelas aquisições acionárias.

Os dados aqui apresentados e correlacionados em toda extensão do estudo realizado, apenas confirmam e evidenciam de forma permanente e relevante que estas observações são inteiramente realistas e determinarão profunda alteração de paradigmas e de padrões de relacionamento sociais e ambientais entre as organizações e os contextos nas quais estas mesmos empreendimentos estão inseridos e contextualizados. No gráfico 2 a seguir estão exibidas as empresas que evidenciam suas informações sócio-ambientais de forma autônoma em relatório de sustentabilidade



Gráfico 2 - Relatório de Sustentabilidade Não Integrado ao RA

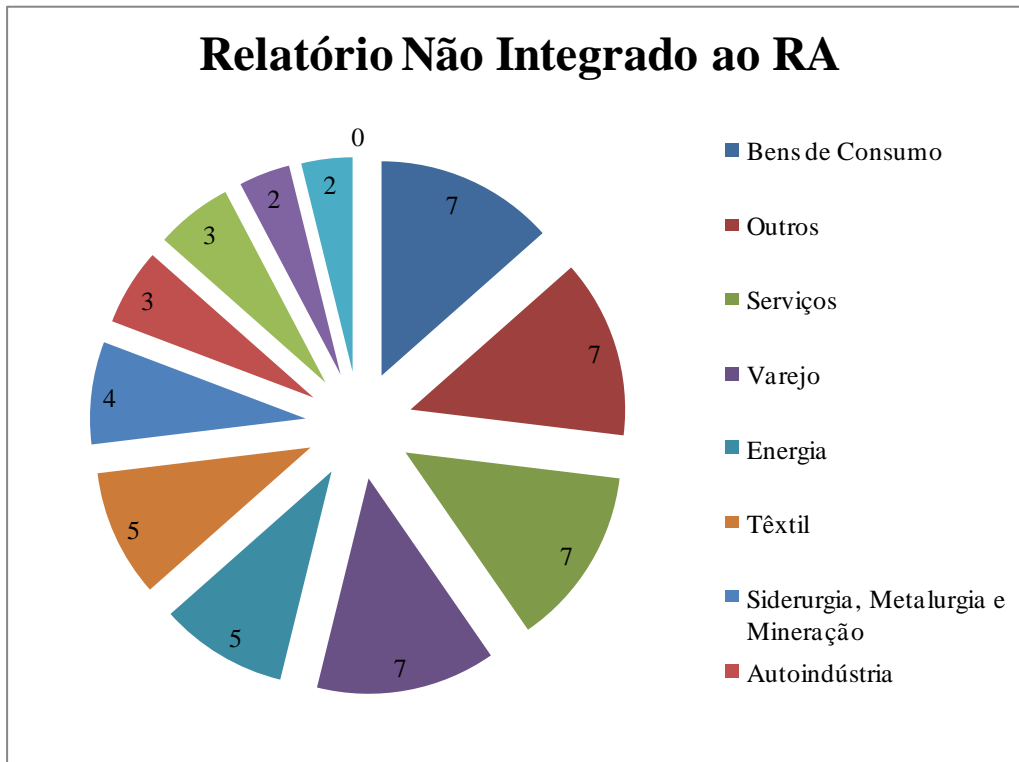


Figura 2: Empresas que apresentam informações de sustentabilidade não integradas ao relatório de administração anual compulsório. Fonte: elaborado pelos autores

Agora se apresentam-se alguns resultados em relação ao número médio de palavras-chave relacionada com a evidenciação ambiental, por empresas que integraram as informações de sustentabilidade em relatórios de administração e em empresas que optaram voluntariamente pela elaboração de relatórios de

sustentabilidade em paralelo com os obrigatórios ou compulsórios relatórios de administração. Na figura 3 apresenta-se uma comparação estatística entre os dois agrupamentos de empresas.



Figura 3: Estatística comparativa aplicando o teste "t" de Student mostrando que se tratam de duas populações de dados distintas, indicando que a quantidade de citações nas empresas que praticam relatórios voluntários de sustentabilidade é muito maior e mais representativa do que em empresas que agregam as informações de sustentabilidade em relatórios anuais de administração.

Os resultados indicam que é estatisticamente representativo considerando a metodologia já descrita, as variações entre as abordagens ambientais entre as empresas que optaram por integrar as informações de sustentabilidade em relatórios compulsórios de administração e as empresas que optaram voluntariamente pela elaboração de relatórios voluntários de sustentabilidade em paralelo com relatórios compulsórios de administração.

As empresas que fazem relatório de sustentabilidade em paralelo com relatórios de administração apresentam uma abordagem muito mais coerente, evoluída e aprofundada com questões de sustentabilidade do que as empresas que integram estas informações burocraticamente em relatórios administrativos obrigatórios anuais.

Conforme demonstrado na análise dos trabalhos anteriores e do referencial teórico, fica avaliado que as empresas que adotaram voluntariamente a prática de Relatório de Sustentabilidade ou de Relatório Anual de Sustentabilidade tendem a apresentar um outro comportamento e um outro tratamento durante todo o ano em suas práticas cotidianas com as questões ambientais, fazendo mais do que cumprimento de legislação e atendendo à satisfação das partes interessadas.

As empresas que adotam apenas a elaboração de Relatórios Anuais ou Relatórios Administrativos aos acionistas, ao contrário do caso anterior, têm um tratamento muito superficial da questão ambiental, fato estatisticamente comprovado e evidenciado pela varredura de palavras nos documentos dos dois tipos submetida à análise estatística que posteriormente será apresentada e discutida.

Não existe a menor dúvida e a extensa discussão bibliográfica anteriormente realizada comprova isto: a evidenciação ambiental e social voluntária é hoje uma realidade inquestionável e é consequência e não causa de uma nova postura das empresas diante de um mercado que se transforma cada vez mais numa parte interessada (*stakeholder*) cuja dimensão e influência ainda não foram corretamente mensurados.

Por isto a diferença relevante entre as empresas que praticam a evidenciação social e ambiental voluntária com a adoção do relatório de sustentabilidade são extremamente diferenciadas das organizações que apenas realizam os relatórios anuais de administração compulsórios, na abordagem das questões sociais e ambientais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal identificar os determinantes que motivam as empresas brasileiras de capital aberto a evidenciar informações sociais e ambientais voluntárias nos Relatórios Anuais de 2010 e não apenas realizarem a integração destas

informações nos seus relatórios compulsórios de administração. Para tanto, adotou-se como estrutura teórica as teorias dos “*stakeholders*”, ou da legitimidade e do custo político e com base nas referidas teorias foram definidas as seguintes variáveis dependentes para análise dos objetivos e das hipóteses agregadas à formulação do problema como setor, natureza da atividade, tamanho, riqueza criada, controle acionário, desempenho, endividamento, visibilidade e modelos de “Global Reporting Initiative”(GRI) e Índice de Sustentabilidade Empresarial(ISE) da Bolsa de Mercantil e de Mercados Futuros, da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo.

Para a materialização do objetivo geral do presente estudo que é determinar se existe diferença relevante no tratamento social das questões sócio-ambientais entre empresas que praticam relatórios de sustentabilidade voluntários e empresas que elaboram os relatórios anuais compulsórios e buscar identificar os determinantes que motivam as empresas brasileiras de capital aberto a evidenciar informações sociais e ambientais voluntários em relatórios de sustentabilidade ou apenas a integrarem informações em relatórios anuais de administração, também foram definidos outros objetivos específicos associados.

Os resultados encontrados analisados estatisticamente, tanto por análise visual como por tratamento em “softwares” próprios de estatística determinam que existem diferenças relevantes entre as abordagens sistêmicas em questões sociais e ambientais entre empresas que elaboram e disponibilizam relatórios voluntários de sustentabilidade e organizações que integram estas informações em relatórios compulsórios de administração. E esta diferença é suportada pelas análises temporais realizadas.

Quando a instituição opta pelo relatório de sustentabilidade, ela altera seus procedimentos práticos no cotidiano e faz esta opção de forma permanente e com o intuito de estabelecer um diferencial competitivo. Isto está de acordo ou em conformidade com as teorias dos *stakeholders* e da legitimidade. Quando a empresa utiliza a teoria dos custos políticos ela tende a não perceber que as questões sociais e ambientais podem ser oportunidades de diferenciais competitivos e esta concepção acaba determinando que a evidenciação social e ambiental seja minimizada e apresentada de forma integrada juntamente com os relatórios anuais de administração previstos em legislação específica e compulsórios.

As conclusões desta pesquisa confirmam os resultados encontrados por outros pesquisadores e citados neste trabalho. Da mesma forma, que outras pesquisas sobre a evidenciação social e ambiental, observam-se as seguintes limitações consideradas neste trabalho:

- a técnica de análise de conteúdo empregada para avaliar os relatórios anuais possui um determinado nível de subjetividade vinculado ao conhecimento e entendimento que os autores detêm em relação ao assunto estudado.

- ✓ - os resultados encontrados não podem ser considerados de forma genérica, já que referem-se, apenas, a uma amostra representada pelas maiores empresas brasileiras do ano de 2010.

Por fim, sugere-se que futuros estudos utilizem de um período maior de tempo para analisar um setor ou uma empresa específica e a comparação entre os resultados existentes em cada país que vão representar os diferentes níveis de evolução social que podem ser encontrados nas diversas sociedades e que são resultantes de fatores econômicos, sociais e culturais próprios. Estas avaliações são de extrema importância e relevância para a formulação de políticas públicas e estratégias privadas que apresentem eficácia e eficiência na busca de melhores condições de vida e qualidade ambiental para todos.

### AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas e ao Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas por terem se associado na elaboração deste estudo e ao Programa de pós-graduação em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBIERI, José Carlos ; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade Social Corporativa e Empresa Sustentável: da teoria à prática**. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. 230 p.
- BELLEN, H. M. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2006.
- BAUER, M. M. Balanço Social: Calçados Azaléia S/A. In SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de S. (org.). **Balanço Social Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BORBA, José Alonso. ROVER, Suliani. MURCIA, Fernando Dal-Ri; Características do Disclosure Ambiental de Empresas Brasileiras Potencialmente Poluidoras: Uma Análise das Demonstrações Financeiras e dos Relatórios de Sustentabilidade do período de 2005 a 2007. In CSEAR *Conference - South American*, 2009, Rio de Janeiro.
- CERTO, S. C. **Administração Estratégica**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COSTANZA, R. Economia Ecológica: uma Agenda de Pesquisa in Valorando a Natureza, Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.
- COSTA, R. S. da; MARION, J. C.. **A uniformidade na evidenciação das informações ambientais**. Revista de Contabilidade e Finanças. USP, São Paulo, n. 43, p. 20 – 33. Jan/abr. 2007.
- CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. **Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras**. Revista de Administração Eletrônica – RAUSP, v. 1, n. 1, Art. 6, jan./jun. 2008.
- DE LUCA, M. M. **Demonstração do Valor Adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.
- DUMITRANA, M., Jianu, I., Laptis, R. and Popa, A.F. , **Sustainable development and environmental accounting: concepts, trends and quality of accounting information**. *International Journal of Accounting and Information Management*, Vol. 17 No. 1.2009.
- ETHOS. Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social. **Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual**. Disponível em <<http://www.ethos.org.br>> acesso em 09 jan.2011.
- FARNETI, F. GUTHRIE, J., Sustainability reporting by Australian public sector organizations: Why they report. *Accounting Forum*, 2008.
- GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 8, p.47-77, 1995.
- GRAY, Rob; BEBBINGTON, Jan. **Accounting for the environment**. London: Sage, 2001.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) – **Diretrizes Para Relatório de Sustentabilidade: 2006**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Guidelines/>> acesso em 29 de maio de 2010
- GUTHRIE, J., S. CUGANESAN, e L. Ward. Industry specific social and environmental reporting: The Australian Food and Beverage Industry. *Accounting Forum*, 2008.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
- KPMG. **KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2005**. Disponível

em: [http://www.kpmg.eu/docs/Corp\\_responsibility\\_Survey\\_2005.pdf](http://www.kpmg.eu/docs/Corp_responsibility_Survey_2005.pdf). Acesso em 6 jan. 2012.

KPMG. **KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2008**. Disponível em: [http://www.kpmg.eu/docs/Corp\\_responsibility\\_Survey\\_2008.pdf](http://www.kpmg.eu/docs/Corp_responsibility_Survey_2008.pdf). Acesso em 6 jan. 2012.

KOLK, Ans. **A Decade of Sustainability Reporting: Developments and Significance**. *International Journal for Environmental and Sustainable Developments*. v. 3, n.º 1, 51-64. 2004.

KROETZ, C. E. S. **Balço Social**. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO, M. S. *Contabilidade Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, M. S.; GASPARINO, M. F. **Evidenciação Ambiental: Comparação entre empresas do setor de papel e celulose dos Estados Unidos e Brasil**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. Anais São Paulo: FEA/USP, 2006.

NAIME, Roberto e BAUER, Maristela M. **Análise de Alguns Indicadores do GRI da Randon e da Volkswagen Comparados**. In: INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção – Vol. 2, n.º 11, Nov., 2010.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de**

**empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. Tese Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

SANCOVSCHI, M.; SILVA, A.; H. C. Evidenciação social corporativa: estudo de caso da empresa Petróleo Brasileiro S. A. Sociedade. *Contabilidade e Gestão*, v1 n1, 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza. *Balço Social: teoria e prática*. São Paulo, SP: Atlas, 2001. 173 p.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Responsabilidade Social Corporativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 259 p.

UNIÃO EUROPEIA **LIVRO VERDE** 366 de 18.07/2001, Bruxelas. Disponível in: [http://europa.eu/documentation/official-docs/green-papers/index\\_pt.htm#2011](http://europa.eu/documentation/official-docs/green-papers/index_pt.htm#2011), acm 30/12/11.

VALLE, C. E. **Qualidade ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente** (como se preparar para as normas ISO 14.000). São Paulo, Pioneira, 1995.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação Contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo, SP: Atlas, 2006. 99 p.